

GÊNERO E EDUCAÇÃO: DANDO VOZ ÀS MULHERES NA ESCOLA

Adriana Martins de Oliveira

Instituto Federal de Mato Grosso- Bela Vista - adriana.martins@blv.ifmt.edu.br

RESUMO

Este trabalho é fruto de um projeto de extensão voluntário realizado com alunas do ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus Cuiabá- Bela Vista. Neste projeto, vislumbrou-se a discussão de temas referentes a disparidade entre os gêneros, saúde e violação de direitos das mulheres. O projeto se efetivou no espaço escolar num horário extracurricular. A realização estruturou-se em 09 (nove) oficinas, com no máximo 15 (quinze) participantes alunas do ensino médio, com duração de 01 hora e 30 minutos, sendo a periodicidade quinzenal. Percebemos através das narrativas das alunas que as mesmas sentem a disparidade existente entre os gêneros de uma forma muito brusca e a falta de liberdade no tocante a sexualidade feminina. Devido ao tempo de permanência dos jovens na escola e às oportunidades de convívio social, a escola não pode se omitir diante da relevância dessas questões. É num contexto de ataques que a educação vem sofrendo no Brasil em meio a esta crise política e principalmente democrática, que podemos ver tão nitidamente a importância da educação abrangendo a dimensão política. É hora de exigir que políticas de combate às desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas e o exercício da cidadania garantido.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Saúde.

1 Introdução

A discussão sobre o que é ou não dever da escola na educação dos estudantes está mais do que nunca muito em pauta atualmente. É possível verificar isso por meio dos inúmeros ataques que a educação vem sofrendo no Brasil em meio a esta crise política e principalmente democrática. É nesse cenário que podemos ver tão nitidamente a importância da educação abrangendo a dimensão política e seus enlaces, as diversidades culturais, os saberes e suas práticas.

Nesse sentido, a proposta desse artigo é apresentar um projeto de extensão voluntário que propomos para as alunas do IFMT Campus Cuiabá- Bela vista, e refletir a partir da realização do mesmo sobre a importância de vislumbrarmos práticas transdisciplinares na escola.

O projeto vislumbrou a discussão de temas referentes a como é ser mulher na sociedade atual, englobando aspectos tais como disparidade entre os gêneros, saúde, qualidade de vida, padrões de beleza e violação de direitos, para propiciar as participantes a construção consciente da pessoa que querem ser, de maneira positiva e integral, transformando-as em agentes de mudança de suas próprias vidas e de sua comunidade.

A demanda para realização do projeto surge da atuação diária na educação básica, mais especificamente no ensino médio, onde, nós profissionais, nos deparamos com situações cotidianas de desigualdade entre os gêneros. Tais como exposição de fotos íntimas de alunas, relacionamentos abusivos, em alguns casos violência física e psicológica, responsabilização da mulher no caso de gravidez indesejada, assédios e outros.

Percebemos que essas situações vivenciadas na escola e fora dela, estão diretamente ligadas com a construção da subjetividade das alunas, afetando-as em sua autoestima. Nesse sentido, retomamos Baccega (2004) para pensar que o universo de cada indivíduo é formado pelo diálogo de discursos, no qual seu cotidiano está inserido. E é a partir dessa materialidade discursiva que se constitui a subjetividade. Logo, a subjetividade nada mais é que o resultado multifacetado que

cada indivíduo carrega. Baccega (2004), acredita que na complexidade desse encontro – comunicação/educação – os sentidos se ressignificam, e a capacidade de pensar criticamente a realidade, de conseguir selecionar informação e de inter-relacionar conhecimentos, torna-se indispensável. É necessário, então, esse estreitamento dos temas atuais na educação.

1.1 Gênero e Sexualidade

Retomamos uma autora clássica para entender essa visão machista sobre as mulheres. Freidan (1971) em sua obra *Mística feminina* discorre sobre o papel da mulher e suas consequências, ampliando a visão da sociedade sobre os impasses da vivência feminina. Apesar do discurso ser conhecido e debatido por longos anos, no que tange a emancipação das mulheres e a igualdade de direitos, observa-se que ainda na atualidade a realidade apresenta-se contrária. Muitas mulheres ainda se reduzem a sombra da atuação de seus filhos ou maridos, mas agora sob o manto de outras justificativas camufladas pela “mística”, que variam desde o cultural, o religioso, o social, ou mesmo práticas atávicas, que limitam suas vidas, vontades e desejos. A autora afirma que a mística é sutil, mas forte, capaz de trazer consigo o argumento de que pertence à mulher o espaço doméstico e o enaltecimento de tais atividades, bem como, possibilidades condicionadas a sua anatomia, ou seja, a maternidade.

Entendendo essa mística que vivenciamos em nossa sociedade, buscamos proporcionar um lugar na escola onde as mulheres pudessem falar sobre suas vivências. Essas vivências abrangem uma infinidade de questões, entre as quais está a sexualidade. Compreendendo como a mulher está em relação a sua sexualidade e a disparidade que existe entre meninos e meninas nessa questão.

Embora depois da década de 70 muito tenha sido produzido sobre as relações de gênero em nossa sociedade, atualmente com o aumento dessas discussões nas redes sociais, trouxe, por um lado o fortalecimento de um movimento militante em prol da igualdade entre os gêneros e de

outro uma desacerbada proliferação de falácias sobre a luta que as mulheres enfrentam, questões relativas à sexualidade e outros.

Marcondes (2012) faz uma análise de como a sexualidade é tratada nos documentos oficiais da educação básica, suas finalidades, contribuições e limites para a atenção sobre a diversidade entre os sujeitos. O que não se pode deixar de destacar é a confusão que comumente se faz em torno do termo identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade. A perspectiva de gênero contribui para a análise da sexualidade, pois refuta a interpretação de que o ser masculino e feminino é imutável pensando de um viés puramente biológico, mas considera a sexualidade como fruto culturalmente constituído, experiências do sujeito e desenvolvimento da sua individualidade.

Segundo Baroni e Junior (2009), o termo “**gênero**” muito usado e às vezes confundido com outro intimamente ligado ao termo “**sexo**” se difere em seus significados, pois segundo Delamont (1976, p.26) apud Baroni e Junior (2009), a palavra gênero deve ser utilizada para “*mencionar todos os aspectos não biológicos das diferenças que separam os estilos de vida masculino e feminino*”. Desta forma não se deve citar as funções dos sexos, pois as funções das pessoas na sociedade estão relacionadas, essencialmente, não com a biologia, mas sim com o comportamento social.

Como afirma Louro (1996) apud Marcondes (2012) gênero fundamentalmente é uma construção social e, portanto, histórica, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e masculino, social e historicamente diversos. A ideia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos masculino e feminino se transformam ao longo do tempo.

A autora indaga se estes princípios são explicitados de forma clara nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e se abarcam a discussão das identidades de gênero, compreendermos por tais identidades que é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino,

feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher). (Manual de Comunicação ABLGBT, 2010, p.16 apud MARCONDES, 2012).

1.2 Saúde da mulher

Falar de saúde do adolescente implica em falar em conhecimento do próprio corpo, direitos sexuais, prevenção de doenças e gravidez. Nesse sentido temos como fundamental a cartilha do Sistema Único de Saúde (SUS) que tange a população jovens e seus direitos sexuais. O reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos entre os direitos fundamentais da população jovem está alinhado aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro durante a Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena 1993; na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), Cairo 1994; bem como aos princípios da Convenção para Erradicar, Sancionar e Punir a Violência contra as Mulheres (CEDAW), também de 1994. Esses eventos e os documentos deles derivados, em especial o Programa de Ação da CIPD, foram essenciais para a inserção das e dos adolescentes como sujeitos do direito à saúde sexual e reprodutiva a ser alcançado por normas, programas e políticas públicas.

No Brasil, o Ministério da Saúde por intermédio do departamento de DST/AIDS e hepatites virais e o Ministério da Educação, implantaram, desde 2003, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que consiste em “integrar os setores da educação e saúde para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção das saúdes sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens e para a redução de sua vulnerabilidade às DSTs e à AIDS”.

É necessário a análise do panorama quanto à utilização da prevenção de gravidez. Oliveira Et al (2014) ao pesquisar a iniciação sexual e métodos de contracepção em escolas conclui que em ambas as escolas, são poucos os adolescentes que buscam orientações médicas sobre os métodos

utilizados, 32% na escola pública e 26% na escola privada. Assim, pode-se perceber que há automedicação entre adolescentes e fica evidenciada a não participação médica no planejamento reprodutivo.

O estudo de Lacerda (2010) apud Oliveira Et al (2014) também encontrou dados semelhantes no que se refere à não participação profissional no planejamento reprodutivo dos adolescentes. Com isso vemos a necessidade da conscientização da mulher sobre a sua saúde, conhecimento de seu corpo e os métodos que podem ser utilizados, sempre visando a procura de profissionais específicos e a quebra desse tabu ao falar sobre corpo e sexo.

1.3 Violência contra a mulher

Com relação à violência contra a mulher, Saavedra (2010) trabalha com a prevenção da violência entre casais de jovens. Essa possibilidade não é muito discutida, quando entende-se que é necessário agir sob a agressão já realizada. Porém, a autora traz a ótica de prevenção primária do problema, e com resultados muito promissores.

Isso significa orientar os jovens sobre as características de um relacionamento abusivo e como identificá-lo. As relações abusivas são caracterizadas por jogos de controle, violência, ciúmes, abstinência sexual e frieza emocional. É difícil identificar uma pessoa abusiva. Costuma ser esperta e pode facilmente fazer com que você pense que não é boa ou bom o suficiente e que tudo é por sua culpa.

Ainda no tocante a violências, também abordamos o assédio de todas as formas. Correia e Carrieri (2014) alegam que na tentativa de caracterizar o processo de assédio, tem como origem um ato inofensivo, quase imperceptível.

Já com relação aos direitos da mulher, a conjuntura brasileira aponta sérios retrocessos e desafios para a garantia e ampliação dos direitos das mulheres. Existe uma ofensiva e histórica desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Os homens continuam ganhando

cerca de 30% a mais que as mulheres e quando se fala de mulheres negras, a situação das ocupações com relação ao trabalho são mais precárias e desprotegidas. Os dados da violência contra a mulher no Brasil também sinalizam a dimensão dos nossos desafios e comprovam a persistência do patriarcado no país, além de atestar a ausência de políticas capazes de prevenir e enfrentar a violência.

Diante da precarização das políticas sociais, da deterioração dos salários, do desemprego, da violência e das cotidianas ameaças de retrocessos para os direitos das mulheres, com destaque para os sexuais e reprodutivos, não nos resta outro caminho, a não ser o fortalecimento das lutas.

Nesse sentido, devemos lutar pela garantia de direitos a todas as mulheres. Direito à cidade, à autonomia de seus corpos, à sua sexualidade e à vida. É dever continuarmos nas lutas em prol de políticas públicas que se comprometam com o fim da violência contra as mulheres, contra o assédio, contra o machismo, contra a cultura do estupro, que culpabiliza as mulheres, e, por fim, contra a sociedade patriarcal, que perpetua seus mecanismos de exploração e opressão.

Vale ressaltar a importância do diálogo entre as mulheres, da amizade e da troca de informação como base do enfrentamento de algumas questões complexas do dia a dia. É importante que as estudantes quebrem entre si essa barreira do diálogo e inimizades e se fortaleçam. A empatia nesse contexto dá complementaridade a esse sentimento de grupo, tendo como principal característica a *'habilidade de se colocar no lugar do outro'*. Para que assim, as participantes do grupo possam dialogar com colegas, amigas, parentes sobre os assuntos apresentados, orientando-as e estabelecendo com outras uma relação de empatia.

2 Metodologia

As participantes priorizadas nesse projeto foram alunas do ensino médio do IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista. O projeto se efetivou no espaço institucional no qual encontra-se instalada a escola, num horário extracurricular. A realização desse projeto estruturou-se em 09 (nove) oficinas,

com no máximo 15 (quinze) participantes, com duração de 01 hora e 30 minutos, sendo a periodicidade quinzenal.

As oficinas, apesar de serem planejadas com antecedência, sempre seguiam o curso que as participantes se propunham a seguir. A prioridade sempre na escuta das questões colocadas por elas, sem que respostas de imediatas fossem emitidas, mas que as levassem cada vez mais a questionar.

As oficinas eram compostas de dinâmicas de interação de grupo, debates entre as alunas, narrativas pessoais, aplicação de questionários entre outros. Cabe ressaltar que utilizamos uma caixa de dúvidas, sugestões e elogios anônimos que foi de grande utilidade durante os encontros.

3 Resultados e discussão

Na primeira oficina foi realizada uma dinâmica inicial de apresentação do grupo, onde a equipe executora se apresentou e discorreu sobre o projeto a ser iniciado, foi ressaltada a importância das discussões entre as participantes, e principalmente do respeito e sigilo das informações do grupo. Foi realizado também a aplicação de um questionário base, com perguntas fechadas sem identificação, para verificação do conhecimento das participantes sobre os temas propostos, seus interesses e a necessidade do grupo.

Desde esse primeiro encontro com as alunas os questionamentos e discussões propostos por elas eram intensos. Ouvimos algumas frases que nos chamaram a atenção para a importância desse espaço: *Eu não posso falar de sexo com meus pais, mas meu irmão fala.* E também: *Os meninos vão medir o pinto no banheiro, e a gente não fala dessas coisas com ninguém.*

Então, trouxemos a tona algumas obras e autores que falam desse processo de disparidade entre os gêneros e a falta de liberdade no tocante a sexualidade feminina. Entendemos como de suma importância a realização dos encontros e proporcionarmos esse ambiente de escuta, acolhimento e de certa forma, orientação.

Na segunda, terceira e quarta oficinas tratamos sobre as questões relativas ao corpo da mulher, a saúde e qualidade de vida. Começamos com o paradigma do conhecimento do próprio corpo. Colocamos em pauta porque o conhecimento do corpo do homem soa muito comum e em se tratando do corpo da mulher se tem uma grande estranheza. A parte biológica foi didaticamente apresentada, assim como as dúvidas depositadas na caixa sempre trazidas à tona.

O Ciclo menstrual, os métodos contraceptivos e as DST (doenças sexualmente transmissíveis), foram temas dos encontros seguintes. Essas questões são de suma importância, pois, por exemplo, as DSTs/HIV e gravidez na adolescência colocaram a sexualidade no conjunto de preocupações mais amplas como o direito à informação, autodeterminação pessoal, à consideração para com o outro e ao respeito às diferenças (SIMÕES, 2007).

Nesse projeto e em outros estudos (Nery, Feitosa, Souza e Fernandes, 2015) é evidente observar que as meninas relatam que para os garotos as abordagens sobre sexualidade é mais fácil, pois eles são mais desinibidos e, muitas vezes, iniciam uma vida sexual mais cedo que as meninas. Isso é explicado pela forma diferenciada de cada gênero viver sua sexualidade. Típica da maioria das sociedades ocidentais, a mulher tem sua sexualidade reprimida e deve vivê-la de forma impingida, limitada, sujeita a proibições e pudores, o que contribui para um aumento da falta de esclarecimentos. Essa diferenciação na vivência das questões sobre a sexualidade é uma grande preocupação, pois colocam as adolescentes em risco. Foi perceptível identificar que muitas delas não reconhecem que o sexo oral é um ato sexual e que a realização do mesmo pode transmitir doenças, caso não haja um método contraceptivo.

No quinto encontro tratamos de sexo, uso de camisinha e como é a iniciação sexual das mulheres. Compartilhamos histórias e narrativas pessoais. Nos chamou atenção que as narrativas, na maioria das vezes, tinham em comum a “satisfação do parceiro”, mesmo que esse quisesse sexo sem proteção e num momento ou de uma forma que não era de acordo com o desejo da mulher. Nesse sentido, trouxemos novamente a questão sobre os papéis desempenhados pelos gêneros e como está imbuído na vivência da mulher ter que sempre consentir, agradar e servir a alguém.

Com esse gancho sobre o desejo da mulher e a pressão para agradar, consentir e ser desejada por um homem, partimos ao sexto, sétimo e oitavo encontro onde através da tentativa resolução de problemas abordamos o assédio moral, sexual, compartilhamento indevido de fotografias, estupro e violências contra a mulher.

Nessas oficinas tentamos abordar os conceitos individuais de violência e assédio. O que cada uma entende por assédio e violência, e partindo disso compreender como suas vivências as afetam. Foi unânime o incômodo das participantes com cantadas e assobios em ruas públicas, assim como também nos casos de violência física e psicológica, e quase todas as participantes já haviam presenciado uma situação de violência contra a mulher.

Assim, trouxemos o debate sobre o enfrentamento dessas situações. O que fazer, como agir e a quem recorrer. Foram dadas algumas orientações jurídicas, mas sempre ressaltando a importância de se discutir esses assuntos em sala de aula, em casa e com amigos, para que cada uma delas possam ser agentes de mudança no seu próprio convívio.

No último encontro, realizamos a avaliação com os estudantes, pois entendemos ser de suma importância haja vista que nesse momento é que se problematiza as possibilidades e potencialidades para a compreensão do surgimento, desenvolvimento e função do projeto. Todas avaliaram positivamente, inclusive nos solicitaram que não se encerrasse, mas que esse espaço fosse efetivado como um lugar de discussão e escuta sobre as vivências do cotidiano no que diz respeito a gênero.

4 Considerações finais

Com base nas percepções construídas durante as oficinas, ficou evidente que as adolescentes não possuem informações suficientes para identificar as forma de contágio e prevenção das DST's. Também é claro que ainda há um pudor em conhecer o próprio corpo. As questões de disparidade entre os gêneros são sentidas pelas mesmas, mas não há espaço de

discussão, nem em casa e nem na escola. Dessa forma é de suma importância projetos nas instituições de ensino, principalmente, que tenham como objetivo a orientação e educação sexual, discussões sobre gênero e empoderamento das mulheres.

Conclui-se então, que a sexualidade e gênero faz parte da sociedade, e é uma questão de cidadania. Neste sentido, o entendimento dessas questões deve proporcionar uma reflexão voltada para as múltiplas formas de manifestações humana e o lugar que estas manifestações ocupam em nossa sociedade, como o sexo, o desejo, o medo, o amor, o corpo biológico e os papéis sociais/sexuais (Henique, Alexandre, Gonçalves e Pasa, 2014). Acreditamos que essa invisibilidade, dificulta ao combate de situações de preconceito e violência dentro das escolas contra educandos/as homossexuais ou com comportamento fora do “socialmente aceitável”, a reprodução da concepção sobre a heterossexualidade como padrão, haja vista que, foi verificado que tal valor é uma construção histórica, carregado de ideologias defendidas em épocas específicas, impossibilita assim a defesa do ideal de cidadania, considerado a equidade entre os sujeitos como finalidade da educação defendida na LDB.

Pesquisas e ações envolvendo sexualidade, sexo e gênero devem ser entendidas como promoção de atividades que levem o estudante a problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções sobre métodos anticoncepcionais, respeito a diversidade, planejamento familiar, desejos, dentre outras questões.

Devido ao tempo de permanência dos jovens na escola e às oportunidades de trocas, convívio social e relacionamentos amorosos, a escola não pode se omitir diante da relevância dessas questões. É hora de exigir que o direito à educação seja assegurado a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate às desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas e o exercício da cidadania garantido.

5 Referências Bibliográficas

BACCEGA, M.A. Comunicação/educação: apontamentos para discussão. **Comunicação, mídia e consumo**. v1 n1. 2004. Acesso em:

[Http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/16](http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/16)

BARONI, M; VENDITTI JUNIOR, R. Abordagem do conteúdo sexualidade nas aulas de educação física escolar no ensino médio: estratégias e propostas. **Revista Digital** - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 131 - Abril de 2009, Acesso em:<http://www.efdeportes.com/>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Manual de Bolso. Brasília-DF, 2000.

FRIEDAN, Betty. MÍSTICA FEMININA - O livro que inspirou a revolta das mulheres americanas. Tradução portuguesa por Editora Vozes Limitada. Rio de Janeiro, 1971.

HENRIQUE V. H. O, ALEXANDRE, M, GONÇALVES, G. K. PASA, C. M. **Sexualidade e Educação:** concepção dos alunos do ensino médio de uma escola pública, MT, BRASIL. Biodiversidade - V.13, N2, 2014.

MARCONDES, M. Ensino de sociologia em debate, revista eletrônica Lenpes-Pibid, de ciências sociais – UEL, **A diversidade em Debate:** Uma análise da sexualidade proposta na educação, V Seminário de Estágio de Sociologia, no dia 23 de novembro de 2012.

NERY, I. S., FEITOSA, J. J.M., SOUSA, A.F. L., FERNANDES, A. C. N. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paul Enferm.** v..28, n.3, p. 287-92, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela.** In: Série Antropologia, n. 236, 1998.

SIMÕES, C. **Comportamentos de risco na adolescência.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

VEREDIANO, V. **Sexualidade na escola: um estudo com alunos do ensino fundamental II de uma escola particular da cidade de Registro, SP.** *EFDeportes.com, Revista Digital.* Buenos Aires, Ano 19, Nº 191, Abril de 2014.